

Corpo Biográfico Feminino: Articulações entre memória, identidade, gênero e patrimônio

Bruna De Souza Medina¹

Raquel Alvarenga Sena Venera²

Resumo: O presente trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade. A tese pretende abordar o corpo biográfico de mulheres e o patrimônio cultural. O conceito de corpo biográfico desenvolvido por Josso (2012) entende o corpo como parte da narrativa de vida, pois é a partir do dele que se experimenta o ser-no-mundo. Assim, o corpo também é portador de memória e identidade, uma vez que estes conceitos se conectam. Entendendo que as construções sócio-históricas dos papéis de gênero colocam as mulheres em uma situação de vulnerabilidade em relação aos homens, principalmente as mulheres negras, na medida em que esses papéis operam como mecanismos de poder no patriarcado, visando disciplinar os corpos das mulheres e as formas em que elas devem ser-no-mundo, significando violências por vezes sutis - os padrões de beleza e corporais impostos as mulheres; as maneiras de se comportar; a forma de se sentar; o que vestir; os locais a frequentar; ou ainda violências explícitas chegando ao feminicídio. Considerando que o patriarcado se insere no âmbito social e cultural, uma vez que o patrimônio é vetor de memória e identidade, ele também pode operar nessa dinâmica de desigualdade de gênero. Sendo assim, esse artigo irá articular reflexões iniciais acerca desses conceitos e suas relações, que posteriormente serão aprofundadas na tese de doutoramento, em fase inicial, em Patrimônio Cultural e Sociedade.

Palavras-chave: Corpo biográfico. Mulheres. Memória. Patrimônio.

Female Biographic Body: Articulations between memory, identity, gender and heritage

Abstract: This paper is part of my doctoral research in Cultural Heritage and Society. The thesis aims to address the biographical body of women and cultural heritage. The concept of the biographical body developed by Josso (2012) understands the body as part of the narrative of life, since it is from the body that one experiences being-in-the-world. Thus, the body is also a carrier of memory and identity, since these concepts are connected. Understanding that the socio-historical constructions of gender roles place women in a situation of vulnerability in relation to men, especially black women, insofar as these roles operate as mechanisms of power in patriarchy, aiming to discipline women's bodies and the ways in which they should be-in-the-world, meaning violence that is sometimes subtle - the beauty and body standards imposed on women; the ways they behave; the way they sit; what they wear; the places they go; or even explicit violence that goes as far as femicide. Considering that patriarchy is embedded in the social and cultural sphere, since heritage is a vector of memory and identity, it can also operate in this dynamic of gender inequality. Therefore, this article will articulate initial reflections on these concepts and their relationships, which will later be further developed in the doctoral thesis on Cultural Heritage and Society.

Keywords: Biographical body. Women. Memory. Heritage.

1 Universidade da Região de Joinville

2 Universidade da Região de Joinville

Introdução³

O presente trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade, a tese pretende abordar o corpo biográfico de mulheres e o patrimônio cultural. O conceito de corpo biográfico desenvolvido por Josso (2012) entende que o corpo faz parte da narrativa de vida, uma vez que é por meio desse corpo que se experiencia o ser-no-mundo. Dessa forma, o corpo também é portador de identidade e memória, seja consciente ou não como no caso de um trauma, por exemplo.

Entendendo que as construções sócio-históricas dos papéis de gênero colocam as mulheres em uma situação de vulnerabilidade em relação aos homens, principalmente as mulheres negras, na medida em que esses papéis operam como mecanismos de poder no patriarcado, visando disciplinar os corpos das mulheres e as formas em que elas devem ser-no-mundo, significando violências por vezes sutis - os padrões de beleza e corporais impostos as mulheres; as maneiras de se comportar; a forma de se sentar; o que vestir; os locais a frequentar; ou ainda violências explícitas chegando ao feminicídio. Pode se pensar a partir disso, que a história de vida das mulheres é marcada, por vezes, por violências e opressões que passam, de diversas formas pelo corpo feminino. De modo que a história de vida também se materializa e revela as identidades e memórias a partir do corpo. E uma vez que, essas relações de gênero atravessam todos os âmbitos sociais evidenciando a ausência de equidade, os patrimônios culturais que são vetores das memórias e representações de identidades de um grupo (VENERA; VENERA, 2023), podem expressar as mesmas injustiças de gênero.

No primeiro momento discutimos sobre o conceito de corpo biográfico e sua articulação com a memória e o corpo feminino. Em seguida apresentamos alguns apontamentos sobre a história das mulheres e as questões de gênero com o patrimônio cultural. E por fim, algumas reflexões finais.

Corpo biográfico e memória

O corpo faz parte do arranjo das construções identitárias e de memória que se conectam uma vez que a “a perda de memória é, portanto, uma perda de identidade” (CANDAUI, 2011, p. 59), na medida em que é através dele que experienciamos o nosso ser-no-mundo, termo que a autora Josso (2010) utiliza para abordar várias dimensões de se estar no mundo (como o ser físico; sensível; de afetividade; das emoções; de cognição; de ação; e de imaginação), que se conectam entre si formando um ser de atenção consciente, que “[...] está, assim, no coração de nosso ser no mundo e de nossa capacidade de existir, conectado com nós mesmos e com nosso ambiente humano e natural [...]” (JOSSO, 2010, p. 75).

3 Esse artigo advém da comunicação apresentada no ST 6 “Narrativas, memórias, linguagens: os processos de subjetivação e a imaterialidade do patrimônio”, no VI Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural (ENIPAC) – Patrimônio Industrial: trabalho, memória e ambiente, realizado entre os dias 23 a 27 de outubro na Universidade da Região de Joinville (Univille), e publicado nos anais do evento. Entretanto, o texto aqui apresentado não é o mesmo dos anais, uma vez que para essa publicação foram realizadas modificações e acréscimos. Joinville.

É preciso estar presente para si para se conhecer e descobrir suas potencialidades, para aprender com sua narrativa e com sua história de vida, assim como para ter consciência do seu corpo. Quando narramos nossas histórias de vida nosso corpo é parte importante dessa narrativa, no entanto na maioria das vezes não temos consciência do lugar do corpo em nossa história. Aqui não estamos falando apenas de uma presença física ou de expressões corporais no ato de narrar, como um silêncio, um espanto estampado na face, um choro involuntário, mãos e olhares inquietos, mas de um corpo que esteve presente em todos os momentos de nossa vida até o instante da narrativa. Como aponta Josso (2012, p. 24) o corpo contém “microrrelatos ou microlembranças sobre a maneira pela qual o autor esteve em relação física com seu ambiente humano e natural”, nos sentimentos, nos sentindo físicos, nas necessidades básicas enquanto humana atendidas etc., que continuam na vida adulta a ser apresentadas também em suas diversidades de espaços, culturas e estéticas (JOSSO, 2012).

A memória “permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações” (BOSI, 2003, p. 36). Silva aponta que as representações impactam na construção identitária, pois é a partir da representação que a identidade e a diferença são marcadas (2014, p.91).

O “EU tem um corpo” (JOSSO, 2012, p. 25, grifo da autora), que seria algo que demanda manutenção, seja em relação a saúde ou estética, para um “EU é um corpo ou do Eu-corpo” (JOSSO, 2012, p. 25, grifo da autora), que transforma nossas representações sobre nós mesmos e com isso a nossa relação com nós mesmos. Processo que impede a descoberta das mulheres em sua profundidade, com uma “atenção consciente ao corpo-que-eu-sou me informa a seu modo sobre a situação de meu ser e de seu vir-a-ser” (JOSSO, 2012, p. 27, grifo da autora).

Ao passo que esse movimento contribui para que uma recordação se torne símbolo, ao possibilitar um “trabalho interpretativo retrospectivo em face da própria história de vida e situado no contexto de uma configuração de sentido particular” (ASSMANN, 2011, p. 275). Poder significar é importante para a autodeterminação, para que se possa interpretar as recordações e narrar sua história de vida formando um sentido, que é o ponto principal de uma identidade (ASSMANN, 2012), que justamente adquire seu “sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelas quais elas são representadas” (WOODWARD, 2014, p. 8). As narrativas de memórias são uma das formas simbólicas que as identidades podem ser comunicadas. E o trauma, como apontado por Assmann (2011, p. 283) “é a impossibilidade da narração”.

Assmann (2011, p. 25) fala que quando “uma memória embutida no corpo é totalmente cortada da consciência, estamos falando de um trauma. Esse trauma é entendido como uma experiência encapsulada corporalmente, que se expressa por sintomas e bloqueia uma lembrança recuperadora” (ASSMANN, 2011, p. 25). O trauma então, é essa memória reprimida, mas que continua presente e reverbera, e que mesmo depois de acessada ainda se perpetua na forma de cicatriz. Partindo disso pode se pensar o que Mbembe (2018) coloca sobre a condição do escravo em seu livro “Necropolítica”, na qual há “uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre o seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é a expulsão fora da humanidade)” (p. 27). A colonização transformou os escravizados em coisas e mercadorias, uma morte em vida, no qual o sofrimento foi registrado em seus corpos.

O fim da escravidão não modificou o lugar do negro na sociedade, novas formas de subjugação foram postas. Mbembe nominou como Necropolítica as novas “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71), em que as populações mais vulneráveis tanto geopoliticamente, quanto subjetivamente são alvo da política da morte. O autor ao discutir as formas contemporâneas da política de morte aborda a lógica do sobrevivente e a lógica do mártir. No primeiro plano a partir dessa lógica é colocada em prática que através da morte do outro, os outros são considerados como os inimigos e a morte deste significa minha sobrevivência de forma que traz um sentimento de segurança. No segundo, o corpo se transforma em uma arma, no qual o desejo individual de

morte está atrelado ao desejo da morte do outro, ou seja, “a vontade de morrer se funde com a vontade de levar o inimigo consigo, ou seja, eliminar a possibilidade de vida para todos” (MBEMBE, 2018, p. 64). O corpo é então algo sem sentido em si, uma coisa que só teria poder e valor com base em um desejo de viver eternamente.

No corpo então

localiza-se em um terreno social e subjetivamente conflitivo, ao longo da história, ele se tornou emblema étnico, e sua manipulação tornou-se característica cultural marcante para diferentes povos. Ele é um símbolo explorado nas relações de poder e dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. O corpo é uma linguagem. (GOMES, 2019, p. 251)

Se o corpo é uma linguagem, que nos possibilita ser-no-mundo, a partir das vivências corporais que tem potencialidades de consciência de si, de ressignificação, mas que também pode subverter a lógica de dominação dos corpos, ao proporcionar uma experiência corporal, uma história que passa pelo corpo, que é corpo.

Os papéis sociais de gênero e as representações simbólicas do que é ser mulher e do que é um corpo de mulher nos atravessam desde a infância, a autora Joana Maria Pedro em sua análise da categoria de gênero aponta que na chamada “segunda onda” feminista as mulheres se reuniam em grupos e

Cada uma narra a maneira como tinha sido criada – diferente dos meninos –, de como em cada etapa da vida – infância, adolescência, maturidade – tinha vivido seu corpo de forma diferente e sofrido os preconceitos, as violências, enfim, os impedimentos de se desenvolver plenamente. Nestas reuniões, as mulheres percebiam que o que tinha acontecido com elas, individualmente, era comum a todas as demais e concluíam que – como tinha dito Simone de Beauvoir – era a cultura, dominada pelos homens, que as tinha tornado submissas e com tão baixa auto-estima. (PEDRO, 2005, p. 80-81)

Outro ponto que deve ser considerado é a questão racial, as mulheres negras, quando comparadas aos demais da população, estão mais vulneráveis, pois além do racismo elas vivenciam o machismo também. Segundo Kilomba (2012 apud RIBEIRO, 2016, p. 102)

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supraclassista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro.

Esse não-lugar que coloca a mulher negra em situação de solidão e violência tem suas bases no período colonial, pois os seus corpos foram sexualizados e ao mesmo tempo considerados como fortes, capazes de suportar dor, o que faz com que ainda hoje sofram violência obstétrica e ginecológica, por exemplo.

A construção dessa sexualização do corpo negro e da depreciação da pele negra foi utilizada pelo colonialismo como uma ferramenta de dominação, se utilizando da linguagem que desvalorizava tanto a cultura como as características físicas para justificar a exploração e opressão como aponta Pantoja et al. (2019). Ainda segundo a autora, a sexualização da mulher negra, ainda presente, vem desse processo de desvalorização que a coloca num lugar inferior e cria um estereótipo dessas mulheres, “se compreende que esse processo, ao qual as mulheres negras foram submetidas, culminou nas explorações físicas, verbais, sexuais e psicológicas” (PANTOJA et al., 2019, p. 6). Ribeiro (2018, n.p.) aponta que

no período colonial, as mulheres negras eram estupradas e violentadas sistematicamente. Mulher negra não é humana, é a quente, a lasciva, a que só serve para sexo e não se apresenta à família. Também é o grupo mais estuprado no Brasil, já que essas construções sobre seus corpos servem para justificar a violência que sofrem.

Conforme o relatório da pesquisa “Visível e Invisível: A vitimização de Mulheres no Brasil – 4ª edição – 2023”⁴ a maior prevalência de violência entre as mulheres ainda é sobre as “mulheres negras (29,9%) do que entre brancas (26,3%)” (p.26). Ainda segundo o relatório “nos últimos 12 meses, 28,9% das mulheres relatam ter sido vítima de algum tipo de violência ou agressão” (2023, p.21).

Ao longo da história a representação do papel da mulher, assim como do corpo feminino, foi mudando conforme cada cultura. Dessa forma, há uma subjetividade construída também pelas demarcações sociais, que reverberam em suas identidades e memórias, seja de forma consciente ou não.

Gênero e patrimônio

De forma geral pode se dizer que o patriarcado é um o sistema pelo qual os homens exercem poder e domínio sobre as mulheres, através da cultura, de estruturas e de relações que os favorecem. Margareth Rago (1985) aponta que o modelo feminino elaborado em meados do século XIX, simbolizava a mulher como a esposa dona-de-casa-mãe-de-família, impactou na desvalorização profissional, política e intelectual da mulher, restringindo seu espaço ao privado, ao lar, e no espaço público como dependente de uma subordinação masculina. Precisa-se destacar que com as revoluções industriais (século XVIII e XIX) as mulheres, principalmente de classes mais baixas ocuparam as fábricas o que representa a inserção das mulheres nos espaços públicos,

Desse modo, para as mulheres o público significava o “risco de perder a virtude”, já que se associava o público com a ideia de desgraça moral e, para os homens, a imoralidade se aliava a uma tendência oculta que lhes permitia ultrapassar os limites dados pelos papéis de marido e pai, associando o público com a ideia de liberdade, “o lado de fora” que não feria a família por permanecer distante dela. (NOVAES, 2015, p. 54-55)

Todavia não se pode levar essa distinção entre público e privado como rígida e constante, ela se modifica conforme a história e o contexto dos sujeitos. No século XX, com a luta das mulheres pelo voto e principalmente com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, as mulheres passaram a ocupar mais espaços dentro da sociedade, assumindo papéis de liderança em suas famílias e trabalhando em setores das indústrias considerados masculinos. Contudo, com o fim da Segunda Guerra Mundial, os homens retornaram aos seus lares e as mulheres, por sua vez, tiveram que retornar as suas funções domésticas. Para esse deslocamento das mulheres de volta ao lar foram realizadas diversas campanhas durante a década de 1950, expondo a mulher como rainha do lar, servindo ao marido e aos filhos, sempre doce e gentil, com a casa em ordem, nas palavras da autora Alves (1981, p. 50):

É com o final da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, que a ideologia que valoriza a diferenciação de papéis por sexo, atribuindo a condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada, no sentido de retirar a mulher do mercado de trabalho para que ceda seu lugar aos homens. As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação enfatizam a imagem de “rainha do lar”, exacerbando-se a mistificação do papel da dona- de-casa, esposa e mãe. Novamente o trabalho externo da mulher é desvalorizado, tido como suplementar ao do homem.

4 Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>>. Acessado em 08 set. 2023.

Essa condição feminina eclodiu na década de 1960, em que muitas mulheres foram às ruas, principalmente nos Estados Unidos, questionar esse papel social destinado a elas, e começaram a estudar sobre a condição das mulheres na sociedade. Foi na década de 1980 que surge o conceito de gênero para analisar os papéis sociais impostos a homens e mulheres.

Portanto, como aponta a autora Joana Maria Pedro (2005, p.88)

O uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero.

Os estudos de gênero ao desvelarem as construções discursivas e as relações de poder entre os gêneros, feminino e masculino, possibilitam questionamentos das desigualdades e diferenças de gênero e étnicas, e trazer para a história as vozes excluídas. No entanto, para que isto seja possível não se pode perder de vista os aspectos políticos, as relações de poder ali contidas e as complexidades no âmbito coletivo e de construção social. A partir da análise de gênero então pode se observar que

a dominação masculina foi elaborada em todos os aspectos da vida, sendo, na verdade, reinventada a cada época com vasta bateria de arraoados religiosos, biológicos, ‘científicos’, psicológicos e econômicos que se sucedem na tarefa sem fim de justificar a inferioridade da mulher em relação ao homem. Os argumentos tradicionalistas em favor da supremacia masculina têm sido notavelmente resistentes ao tempo - em todas as experimentações democráticas, todas as revoluções, todas as demandas de igualdade até hoje pararam aquém da igualdade sexual - e as mulheres, vistas como biologicamente condicionadas, continuam a ter-lhes negado o direito humano de autodeterminação plena. (MILES, 1989, p. 12)

Se essa condição feminina ao longo do tempo é fruto de um sistema patriarcal que insiste em todos os âmbitos sociais, como aponta Mattes e Gusso (2022, online), a cultura também está permeada pelas desigualdades de gênero, visto que os valores que regem esse setor, assim como o patrimônio são em sua maioria patriarcais. Ainda segundo as autoras “no âmbito do patrimônio cultural, tal situação é igualmente desfavorecida. Há relativamente pouca menção às mulheres ou às questões de gênero e, quando abordada, geralmente o tema é reduzido às questões das mulheres, ‘como se os homens não tivessem gênero’” (MATTES; GUSSO, 2022, online), de forma que as “múltiplas expressões culturais são dominadas por gestões, decisões, práticas e valores predominantemente masculinos, o que perpetua a desigualdade de gênero presente também nas escolhas comunitárias sobre a interpretação, preservação e transmissão desse patrimônio” (MATTES; GUSSO, 2022, online).

Como diz Certeau (2011, p. 198) “[...]os habitantes, sobretudo os mais desfavorecidos, não só tem, no quadro de leis, o direito à ocupação dos lugares; também tem o direito à sua estética”. Os habitantes tecem as memórias e as narrativas de uma cidade, se as mulheres fazem parte dos que habitam as cidades onde estão os seus relatos? Seus patrimônios e suas memórias? Michele Perrot (2005, p. 11), diz que [...] as mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra esse bloco de representação que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam [...]. A história das mulheres por muito tempo, e ainda é contado pelo viés dos homens, e é esse olhar masculino sobre as mulheres que recai sobre o patrimônio também, uma vez que embora o patrimônio seja uma herança do passado, é escolhido e incorporado no presente.

Considerações finais

O corpo como apresentado faz parte da narrativa, pois é a partir dele que vivenciamos o mundo e nossa memória e que assim como a identidade, vão se formando. Mas, por vezes no ato de narrar o corpo pode virar um coadjuvante, visto que nem sempre temos consicente dele e da memória que ele carrega. Mesmo que historicamente haja uma disciplinarização desse corpo, uma forma ideal de ser, no qual o seu cumprimento ou não pode acaretar violência sobre esse corpo, por vezes parece que ele não faz parte dessa história de vida quando narramos.

A história das mulheres perpassa também a história do corpo e de seus ideais, que ora podem atuar como dispositivos para o despejo da violência e punição, mas também como ferramenta de luta e resistência.

O que esse artigo brevemente tentou abordar são as articulações possíveis entre as discussões sobre gênero, identidade, memória, subjetividade, linguagem e corpo biográfico com a relação entre os conceitos e o campo do patrimônio. E instigar a problematização de como as mulheres pensam sobre seus corpos, como as construções de gênero impactam em seus corpos e logo em sua identidade, e como isso se realciona e se apresenta no campo do patrimônio.

Tanto nas discussões de gênero e dos direitos das mulheres houveram avanços, assim como no patrimônio, mas como apontou Simone de Beauvoir (1949) os direitos das mulheres nunca estão assegurados, pois em momentos de crise são eles a ser questionados. Sendo assim, entre silenciamentos e resistências seja no campo do patrimônio ou da história das mulheres há muito ainda para ser avançado.

Referências

ALVES, Branca Moreira. **O que é feminismo**. São Paulo: brasiliense, 1981.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: Formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. Os fantasmas da cidade. In: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Nos contornos do corpo. In: GOMES, Nina Limo. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 249-293.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Natal: UFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

JOSSO, Marie-Christine. O corpo biográfico: corpo falado e corpo que fala. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 19-31, abr. 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**, São Paulo, 2018.

MILES, Rosalind. **A história do mundo pela mulher**. Rio de Janeiro: Casa Maria, 1989.

MATTES, Anita; GUSSO, Luana de Carvalho Silva. **Um patrimônio não nasce, torna-se:** a mulher no patrimônio imaterial brasileiro. a mulher no patrimônio imaterial brasileiro. 03 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/um-patrimonio-nao-nasce-torna-se-a-mulher-no-patrimonio-imaterial-brasileiro/>>. Acesso em: 25 set. 2023.

NOVAES, Elizabete David. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: O PAPEL DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONQUISTA DE DIREITOS NO DECORRER DA HISTÓRIA. **História e Cultura**, Franca, v. 4, n. 3, p.50-66, dez. 2015.

PANTOJA, Joicy Helena da Costa et al. Os reflexos do período colonial na sociedade contemporânea: a questão da sexualização e objetificação da mulher negra no brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: S.N, 2019. p. 1-10.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, jan. 2005.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar:** e utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista Brasil 1890 – 1930. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Sur** - Revista Internacional de Direitos Humano SUR 24-v.13 n.24, 99-104, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção Social da identidade e da diferença In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

VENERA, José Isaías; VENERA, Raquel Alvarenga Sena. Patrimônio cultural e psicanálise: aproximações teóricas. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 19, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2023. Disponível em: pem.assis.unesp.br.

VISÍVEL e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil. 4. ed. 2023. S.I: S.N, 2023. Realização Fórum brasileiro de Segurança Pública e Datafolha instituto de pesquisa. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2023.

WOODWARD, Katryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.